

Estudantes Indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - desafios do acesso e permanência

Estudiantes indígenas en la Universidad Federal de Rio Grande do Sul – desafios del acceso y permanencia

Indigenous students in the Federal University of Rio Grande do Sul – challenges of access and permanence

Dossier | Dossiê

Fecha de recepción
Data de recepção
Reception date
1 de septiembre de 2016

Fecha de aceptación
Data de aceitação
Date of acceptance
27 de septiembre de 2016

Maria Aparecida Bergamaschi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação
Porto Alegre / Brasil
cida.bergamaschi@gmail.com

Michele Barcelos-Doebber

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Coordenadoria de Ações Afirmativas
Porto Alegre / Brasil
micheledoebber@yahoo.com.br

Patricia Oliveira-Brito

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Pró-reitora de Assistência Estudantil
Porto Alegre / Brasil
patyobrito@gmail.com

Resumo

O artigo analisa a presença de estudantes indígenas no ensino superior brasileiro a partir do estudo do Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, em vigor desde o ano de 2008. Esse estudo se assenta em pesquisas que se dispõem a compreender os processos de ingresso e as ações que visam propiciar a permanência dos estudantes indígenas na universidade. Para tanto, foram consultados documentos que instituem a política (legislação, registros e relatórios), bem como a convivência e o diálogo com os próprios estudantes indígenas, tanto na universidade quanto em seus territórios. Dados da pesquisa mostram que a presença indígena nos cursos de graduação da universidade oferece possibilidades de autorreflexão para a instituição, sobre suas práticas pedagógicas e

Referencia para citar este artículo: Bergamaschi, M.A.; Barcelos-Doebber, M., y Oliveira-Brito, P. 2016).
Estudantes Indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - desafios do acesso e permanência.
Revista del Cisen Tramas/Maepova, 4 (2), 167-184.

seu papel social. Porém, o estudo também aponta que a permanência dos estudantes indígenas ainda se configura como um grande desafio para e na universidade. O diálogo, a construção de relações afetivas com os estudantes, a postura receptiva aos conhecimentos originários, são ações fundamentais no exercício da interculturalidade e podem se constituir como potência para a efetiva permanência de estudantes pertencentes aos povos originários na UFRGS.

Palavras-chave: estudantes indígenas, políticas afirmativas, ensino superior.

/ Resumen /

El artículo analiza la presencia de estudiantes indígenas en la educación superior brasileña a partir del estudio del Programa de Acción Afirmativa en la Universidad Federal de Rio Grande do Sul – UFRGS, en Brasil, en vigencia desde el año de 2008. El estudio se basa en pesquisas que se plantearon comprender los procesos de ingreso y las acciones que buscan propiciar la permanencia de los estudiantes indígenas en la universidad. Para eso, fueron consultados documentos que instituyen la política (legislación, archivos y informes), además de la convivencia y el diálogo con los propios estudiantes indígenas, en la universidad bien como en sus territorios. Los datos de la pesquisa retratan que la presencia indígena en las carreras de graduación de la universidad ofrece posibilidades de autorreflexión para la institución sobre sus prácticas pedagógicas y su rol social. Sin embargo, el estudio muestra también que la permanencia de los estudiantes indígenas todavía se configura como un gran desafío para la universidad y dentro de ella. El diálogo, la construcción de vínculos afectivos con los estudiantes o la postura receptiva a los conocimientos originarios son acciones fundamentales en el ejercicio de la interculturalidad y pueden hacerse la potencia para la efectiva permanencia de estudiantes pertenecientes a los pueblos originarios en la UFRGS.

Palabras-clave: estudiantes indígenas, acción afirmativa, educación superior.

/ Abstract /

This article analyses the presence of indigenous students in the Brazilian higher education system based on a study of the Affirmative Action Program of the Federal University of Rio Grande do Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS), in Brazil, running since 2008. This study is based on investigations aiming to understand the processes of access and the actions undertaken to enhance the permanence of indigenous students at the university. With that purpose in mind, we examined policy documents (legislation, records and reports) as well as the interaction and dialogue with indigenous students themselves, inside the university as well as in their own territories. Data from the research show that the indigenous presence in the university's undergraduate programmes provides the institution with possibilities

of self-reflection on its pedagogical practices and social role. However, the study also shows that the permanence of indigenous students still proves to be a great challenge for and inside the university. Dialogue, the construction of emotional bonds with students or an open posture towards the native knowledge are key actions in the practices of interculturalism and have a potential to promote the actual permanence of students coming from indigenous peoples at the UFRGS.

Keywords: Indigenous students, affirmative action, higher education.



Porque hoje a relação é cotidiana, ela é direta, a sociedade indígena, a sociedade do povo Paresí e a sociedade branca, o convívio é cotidiano, os índios desconhecem o comportamento dessa fera, desse animal aqui fora, desconhecem quase por completo como domar esse animal aqui fora que é a sociedade envolvente. (Daniel Cabixi, *apud* Souza, 2007, p. 4)

¹ Os termos povos indígenas e povos originários aqui apresentados não ignoram a existência de diferentes etnias. Pauta-se na reflexão de Baniwa (2006), esclarecendo que a denominação indígena foi mantida pelo movimento como forma de fortalecer uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessa terra.

² Listamos as principais leis brasileiras que incidem sobre a educação escolar indígena pós Constituição de 1988: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Decreto nº 6.755/2009 que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica; Decreto nº 6.861/2009 que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais; Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos definidas no Parecer CNE/CP nº 8/2012; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 13/2012 e Resolução CNE/CEB nº 5/2012); Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005, de 25.06.2014.

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Iniciamos este artigo com o depoimento de um intelectual indígena brasileiro, pertencente ao povo Paresí, depoimento que anuncia motivos que levam os povos originários¹ a buscar a universidade: precisam domesticar essa fera, precisam domar a sociedade não indígena para com ela se relacionar. Com certeza, a universidade é um desses animais que Daniel Capixi se refere e que estão começando a ocupar e, em alguma medida, a torná-la sua, a indianizá-la.

No Brasil, a presença de estudantes indígenas no ensino superior é recente, no entanto, estimativas apontam um crescimento substancial nos últimos anos. Conforme verifica Paladino (2013), o Brasil, nos finais de 1990, mantinha a educação superior indígena fora de qualquer agenda de governo. Assevera a autora que, mesmo havendo estudantes pertencentes aos povos originários graduados no referido período, muitos deles lideranças do movimento indígena, naquele momento parecia mais urgente resolver as questões da educação básica, implementado escolas específicas e diferenciadas nos territórios indígenas. A Constituição Federal de 1988 é considerada um divisor de águas, pois “produziu uma virada conceitual que alterou significativamente as relações do Estado com os povos indígenas” (Bonin, 2008, p. 99). Aspectos legais contidos na carta magna do país possibilitam romper oficialmente com a política de tutela e integração, reconhecendo pela primeira vez o direito dos povos originários às formas de organização social próprias, as suas línguas, aos usos e costumes tradicionais e à educação escolar bilingue e diferenciada.

Além da adesão a tratados internacionais, como a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que o Brasil assinou em 2004 por meio do Decreto nº 5.051, e a declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007, a nova Constituição Federal reverbera em regulamentações instituídas em nível nacional²,

visando contemplar o direito à educação escolar específica dos povos indígenas. No entanto, ações que de fato propiciem o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior são mais recentes, ocorrendo inicialmente por meio de convênios entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e algumas instituições privadas e comunitárias, desde o início da década de 1990.

No sul do Brasil, onde localizamos a pesquisa aqui apresentada, é importante ressaltar o pioneirismo da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), como a primeira universidade no Rio Grande do Sul a acolher e diplomar estudantes indígenas em seus cursos de graduação. No ano de 1992, cinco alunos ingressaram na instituição para cursar Enfermagem, Pedagogia, História, Direito e Agronomia e, dez anos depois já somavam 45 estudantes indígenas nesta universidade (Freitas e Rosa, 2003). Muitos daqueles primeiros estudantes que se diplomaram na UNIJUÍ lideram hoje os movimentos de educação, que afirmam uma educação própria e uma escola indígena diferenciada, abrindo outros espaços de atuação, como, por exemplo, nos programas de pós-graduação, nos cursos de mestrado e doutorado³.

O ingresso de indígenas no ensino superior público atualmente tem se dado com maior impacto através de dois vieses de experiências, que apontam também uma disposição governamental⁴ em escutar as demandas dos povos originários por este nível de ensino. Essas experiências se materializam na formação de professores em nível superior e na formação de pessoas internas ao grupo que assumam de “forma qualificada os processos de interlocução e intervenção nas políticas públicas, em favor dos direitos e interesses indígenas” (Paladino, 2013 p. 100). Nessa perspectiva, citamos a criação de cursos específicos e diferenciados a partir do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2004, suprimindo, embora ainda parcialmente, a necessidade de formação diferenciada de professores. A segunda modalidade dispõe vagas especiais ou suplementares para estudantes indígenas em cursos regulares, viés de ingresso e permanência tematizado mais especificamente neste estudo, ao dirigirmos o olhar para as ações desenvolvidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Como possibilidade de ingresso nas universidades, citamos também o Programa Universidade para Todos (PROUNI), do Governo Federal, que tem sido, desde o ano de 2004, uma importante porta de entrada para estudantes indígenas em instituições de ensino superior privadas.

Dados estatísticos mostram a presença de indígena em todos os estados da Federação, em 1.044 terras reconhecidas, embora nem todas oficialmente demarcadas. No entanto, observa-se uma distribuição regional diferenciada: enquanto no estado de Roraima (extremo norte do Brasil) a população indígena conforma 11% da população total, no estado do Rio Grande do Sul (extremo sul) é de apenas 0.3%⁵. No entanto, observa-se uma inversão na oferta de vagas para indígenas nas universidades brasileiras: na região norte do país onde situa-se 37,4 % da população indígena, apenas 35% das instituições de ensino superior oferecem vagas específicas para indígenas; na região sul, cujo

³ Segundo Paladino (2015), há aproximadamente cem estudantes indígenas realizando estudos de mestrado e doutorado em todo o Brasil. É importante ressaltar o movimento que vem instituindo ações afirmativas também nos programas de pós-graduação, especialmente nas áreas de Ciências Humanas. Nesse sentido, a UFRGS já aprovou cotas para estudantes indígenas nos cursos de mestrado e doutorado em Antropologia, História, Educação e Sociologia.

⁴ É importante ressaltar que houve um acolhimento das demandas na área de educação aportadas pelos movimentos indígenas por parte dos governos federais de Luís Ignácio Lula da Silva (2013-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

⁵ Os mais de 240 povos indígenas no Brasil somam, segundo o Censo IBGE 2010, 896.917 pessoas, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país. (ISA, 2015)

percentual de população originária é de 9,2%, 61% das universidades oferecem vagas para indígenas. Esse fato contribui para dificultar o acesso e a permanência de estudantes pertencentes aos povos originários, visto a distância de seus territórios e as universidades que oferecem vagas, provocando uma separação, muitas vezes irreparável, entre os estudantes e seus familiares ou a desistência após um período de aulas.

Quanto ao montante da população indígena que cursa o ensino superior, havia uma estimativa imprecisa de 1.300 estudantes neste nível de ensino no ano de 2004. A partir do cumprimento de determinações do Plano Nacional de Educação e de outras diretrizes que consolidavam os direitos indígenas a uma educação intercultural, bilíngue e diferenciada por parte do Ministério da Educação, na criação de cursos de licenciatura intercultural e implantação da política de ações afirmativas, calculava-se em torno de 8.000 estudantes indígenas no ensino superior no ano de 2012 (Lima, 2012). Embora com números ainda nem tão expressivos, o crescimento acelerado da presença desses povos no ensino superior é um fenômeno que vem se tornando evidente.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), se agrega a esse movimento, contemplando estudantes Kaingang, Guarani, Quechua, Fulniô e Juruna em seu grupo de discentes desde o ano de 2008, atendendo reivindicações do movimento indígena, especialmente dos povos que vivem mais próximos geograficamente e de importantes interlocutores em pesquisas desenvolvidas pela universidade. "De objetos de pesquisa agora vamos nos tornar pesquisadores", dizia um líder Kaingang por ocasião da aprovação da política afirmativa para ingresso de estudantes indígenas, negros e oriundos de escolas públicas na UFRGS, um julho de 2007, já pautando as transformações que se efetivariam com tal presença. O ano seguinte marca o início da implementação da política na universidade.

É sobre esta política que se debruça o presente texto. A partir das investigações que compõem um mestrado acadêmico e um doutorado⁶ que estudam a presença de estudantes indígenas na UFRGS, nos dispomos a apresentar a política e o itinerário de sua implementação desde 2008 até 2016, analisando os caminhos que possibilitam o ingresso a estes estudantes na universidade, bem como os meandros para a permanência. Além do estudo de documentos (legislação, registros e relatórios) que permitem descrever a política e evidenciar os dados discutidos na sequência desta escrita, a metodologia priorizada na composição de vozes contemplou a convivência com os estudantes no espaço acadêmico e, por vezes em seus territórios, bem como a realização de rodas de conversa para permitir o diálogo e o registro de falas que expressam a compreensão e apreciação da política por parte de seus atores principais.

Após as palavras introdutórias, apresentamos a política de ingresso e permanência na UFRGS, num tecido feito por múltiplos fios, manejados por uma autoria compartilhada entre as autoras do artigo e as vozes dos interlocutores, os indígenas acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁶ Dissertação de Patrícia Oliveira Brito, *Índigena-Mulher-Mãe-Universitária - o estar-sendo estudante na UFRGS* (2016) e o doutorado em andamento de Michele Barcelos Doebber, que estuda a presença de estudantes indígena na Universidade, ambos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação / UFRGS, vinculados ao Grupo de Pesquisa Educação Ameríndia, Interculturalidade e Interaprendizagens, coordenado pela professora Dra. Maria Aparecida Bergamaschi.

O INGRESSO INDÍGENA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Em 29 de junho de 2007, num clima de celebração em que ecoavam os sons dos tambores e apitos, misturando-se aos movimentos dos artistas de Hip Hop da periferia, de lideranças e famílias guarani e kaingang, de militantes do movimento negro e religiosos de matriz africana (López, 2009), o Conselho Universitário da UFRGS concluía o processo de votação que instituiu o Programa de Ações Afirmativas. Naquele dia a Universidade, através da Decisão 134/2007, aprovava trinta por cento de suas vagas para estudantes de escolas públicas, estudantes negros, também provenientes de escolas públicas, e a criação de dez vagas suplementares anuais para ingresso de pessoas indígenas.

Esta decisão também previu a criação da Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena (CAPEIn), que ficou responsável pelas demandas trazidas pelos estudantes indígenas na instituição, o que incluía a responsabilidade pela elaboração de um processo seletivo específico, que passou a ocorrer anualmente a partir de 2008. Além disso, coube também a esta Comissão propor mecanismos de acolhimento, acompanhamento e apoio material aos acadêmicos indígenas na universidade. Esta Comissão foi extinta em 2012, quando a Decisão 268/2012, num processo de reavaliação da política afirmativa da UFRGS, criou a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF), inaugurada em dezembro de 2012⁷. Consideramos este aspecto da nova Decisão o maior avanço no que concerne ao programa de ingresso indígena, pois imprime na sua estrutura administrativa um órgão ligado diretamente ao gabinete do Reitor, que se dedica exclusivamente ao acompanhamento dos estudantes ingressantes pela política de ações afirmativas. Contudo, a nova Decisão não garantiu a ampliação de vagas criadas a estes povos, a despeito do desejo de algumas lideranças e estudantes.

Apresentamos, no quadro que segue, um resumo do modelo de ações afirmativas adotado pela instituição em 2008 e reafirmado na aprovação de nova resolução interna, em 2012.

Essa trajetória de ingresso de estudantes indígenas na UFRGS possibilitou, entre os anos de 2008 a 2016, a matrícula efetiva de 85 alunos, em diversas áreas de conhecimento dentre as 93 graduações ofertadas pela Universidade.

⁷ A Decisão 268/2012 do CONSUN reafirmou a política de cotas da Universidade, mantendo também a reserva de 30% das vagas para estudantes de escolas públicas, sendo metade delas destinadas a estudantes autodeclarados negros. Posteriormente a Universidade teve que adequar a sua política de ações afirmativas à Lei Federal 12.711/2012, chamada Lei de Cotas, passando para 50% a reserva de vagas e mantendo a política específica de dez vagas para indígenas.

Quadro 1: Modelo da política de ingresso indígena na UFRGS

Cursos	Vagas	Processo seletivo	Afirmação étnica
Escolhidos pelas lideranças através de assembleias, promovidas pela UFRGS, com representantes dos povos kaingange Guarani	Criação de 10 vagas suplementares a cada ano, sendo uma para cada curso escolhido pelas lideranças	Diferenciado, através da aplicação de provas de Português e escrita de redação	Declaração assinada pelas lideranças da aldeia, com anuência do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI) e/ ou da FUNAI.

Fonte: Brito (2016).

O movimento de estudantes indígenas em direção ao ensino superior se dá, antes de tudo, a partir de uma decisão política desses povos, que encontram nesta modalidade de educação potências para a luta mais geral do movimento indígena, prioritariamente na garantia e defesa de seus territórios. Nesse sentido, ressoa a fala de uma liderança presente no terceiro Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (III ENEI, Florianópolis, 2015): “Os índios não estão por acaso na universidade, no passado houve uma decisão política para isso”. E continua sua fala relatando experiências com a instituição que abriga seu povo: “Nós tomamos uma decisão e viemos comunicar, nós vamos enviar nossos jovens para cá. Com isso a instituição passou a se aproximar das lideranças e isso reforça a importância de as lideranças estarem presentes” (registros de diário de campo).

Quem são, de onde vêm e como se movimentam os estudantes que participaram e foram classificados no processo seletivo específico indígena da UFRGS, entre os anos de 2008 a 2016?

Nesses nove anos de ingresso indígena na UFRGS, dos 85 ingressantes, 70 são pertencentes ao povo Kaingang; 12 pertencem ao povo Guarani e 01 a cada um dos povos que seguem: Quechua, do Peru; Fulniô, do estado de Pernambuco; Juruna, do Pará⁸. No que tange às suas origens, as Terras Indígenas que mais inserem representantes nas graduações são do povo Kaingang: Guarita, com 13 estudantes, seguida da Terra Indígena *Fag Nhin*- Lomba do Pinheiro, representada por 12 estudantes, bem como pela Terra Indígena Cacique Doble, que teve representantes classificados nas quatro primeiras edições da seleção específica. O maior número de aprovados Guarani é oriundo da *Tekoa Nhundy* – Estiva, em Viamão, com 07 estudantes.

Verificamos que no estado do Rio Grande do Sul, de onde provém o maior número de candidatos e de estudantes matriculados, existe o ingresso mais efetivo de integrantes de algumas Terras Indígenas do que de outras. Esse fenômeno pode contemplar diversas análises como, por exemplo, o processo histórico e político de escolarização desses povos, que lhes coloca em diferentes trajetórias na busca pela educação superior. Ou ainda, a preferência pela realização de vestibulares em outras instituições de ensino superior, por serem mais próximas de suas aldeias, o que lhes permite a convivência com seus filhos e familiares. Na UFRGS, pelo menos três estudantes fizeram a migração para outras universidades por esse motivo. Outra possível causa para a ocorrência da predominância de estudantes de algumas Terras Indígenas em detrimento de outras seria a própria dificuldade institucional em realizar uma divulgação mais ampla de sua política de cotas. Nesse sentido, já é possível verificar o movimento de alguns estudantes em desenvolver projetos em suas aldeias, a fim de divulgar e orientar seus “parentes”⁹ acerca do ingresso na UFRGS, como mostra a fala de Kafej, estudante que ingressou em 2014:

Começamos a organizar oficinas em escolas fora de Porto Alegre. Eu acho tão legal que seria levar estas oficinas para as aldeias –Projetos– que não conhecem os vestibulares. Se eu pudesse levar isso para as aldeias seria ótimo. Ainda há muita desinformação sobre o vestibular da UFRGS. A aldeia tem muitas vilas longe das outras, naquelas não tem muita informação.

⁸ Importante ressaltar que no estado do Rio Grande do Sul vivem mais de 30 mil indígenas, distribuídos percentualmente pelas etnias Kaingang com 90,6%, Guarani 9,2% e Charrua 0,2%. Fonte: <http://www.sul21.com.br/jornal/plano-estadual-dos-povos-indigenas-sera-apresentado-ate-final-do-ano>.

⁹ Tratamentos usado entre os indígenas, independente de pertencer a mesma etnia ou de manter algum parentesco familiar.

No que tange a faixa etária, é possível verificar que o número de estudantes jovens que buscam a universidade é bastante significativo: em relação às idades, o grupo mais expressivo situa-se entre 16 e 25 anos, sendo que um grupo considerável, com idades entre 26 e 42 concentrou seu ingresso nos primeiros anos da política. Esta constatação fez ver que nos primeiros anos do programa ingressaram na universidade lideranças que vinham participando do movimento e da luta pelas cotas ou, ainda, que havia uma demanda contida em relação ao acesso no ensino superior. Analisando a composição do grupo de estudantes indígenas, igualmente percebe-se que a cada novo ingresso algum familiar também é aprovado, seja ele irmão, primo, cônjuge, tio e até filho. Nessas condições encontramos pelo menos 35 estudantes. Isso pode ser um dos fatores que auxiliam à permanência na universidade e à superação da evasão por motivo de distância da família. Também mostra uma possível forma de divulgação e encorajamento para outros jovens. Estudos mostram o quão difícil é abrir caminho na universidade quando se é a primeira geração familiar a realizar este intento e essa é a condição de praticamente a totalidade dos indígenas ingressantes na UFRGS no momento.

Observa-se, ainda, um aumento crescente na participação das mulheres no processo seletivo específico indígena da UFRGS. Nesse sentido, percebe-se que, nos anos de 2012 a 2016, o número de inscritas é superior ao dos interessados homens. Essa tendência se mantém nos resultados dos vestibulares: nos anos de 2010 a 2015, mais de 60% das vagas foram ocupadas por elas e, em 2016, o feminino totalizou o primeiro lugar em todos os cursos escolhidos. Nota-se no meio feminino a predileção pela área da saúde: nos anos de 2008 e 2009, 100% das aprovadas escolheram cursos relacionados a essa área; em 2011, 2012, 2014 e 2015 foram mais de 65% das candidatas indígenas que apontaram seu interesse para cursos da área da saúde. Um dado que nos faz pensar sobre a incidência destas escolhas é que, em geral, nas Terras Indígenas, são as mulheres as grandes conhecedoras da medicina nativa, responsáveis pelos partos e por muitos tratamentos de saúde e que talvez essa prática ancestral incida sobre a preferência das mulheres indígenas que buscam a universidade.

Nota-se que ao longo destes nove anos de existência do programa de ações afirmativas na UFRGS, cursos da área da saúde (Medicina, Odontologia e Enfermagem) são escolhidos em todas as edições. Isso mostra uma preocupação desses povos em suprir a demanda por profissionais que atuem em áreas estratégicas do Estado em suas Terras Indígenas, bem como o fortalecimento do próprio movimento indígena. Cursos como Serviço Social, que hoje conta com cinco estudantes e com uma já diplomada, também têm sido buscados com frequência desde 2010, assim como a Licenciatura em Pedagogia, com quatro estudantes em curso e dois diplomados. O curso de Agronomia, que foi uma grande expectativa institucional e também das lideranças indígenas, foi escolhido nas três primeiras edições. Porém, dos três ingressantes, nenhum se mantém no curso, pois segundo expressam, esperavam um currículo mais preocupado com o manejo da terra e com um enfoque sustentável. "Não estou indo muito bem no curso, não tenho dificuldades de entender o conteúdo das aulas, só não acho

que esta forma voltada para o agronegócio seja importante para o jeito indígena”, relatou em uma roda de conversa um estudante que já se transferiu para outra instituição, em busca de uma graduação mais condizente com seus desejos e de seu povo.

As escolhas menos frequentes se alternam nos cursos de Nutrição, Psicologia, Fisioterapia, Letras, Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Matemática, Saúde Coletiva, Educação Física, Comunicação Social, Farmácia, Medicina Veterinária, Engenharia Mecânica, Engenharia Ambiental, Geografia, Artes Visuais, Políticas Públicas, Administração, Administração Pública. Observamos que o caso da UFRGS segue uma tendência nacional na escolha por cursos que possuem relação direta com as necessidades das comunidades, sendo áreas em que hoje profissionais não indígenas ocupam os cargos nas aldeias.

A partir de tais informações, podemos inferir que, conforme reconhecem Luciano e Hoffmann (2010), “o interesse dos povos indígenas pelo ensino superior está relacionado à aspiração coletiva de enfrentar as condições de vida e marginalização” (p. 8). Ou seja, como “ferramenta para promover suas próprias propostas de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de seus conhecimentos originários, de suas instituições e do incremento de suas capacidades de negociação, pressão e intervenção dentro e fora de suas comunidades” (p. 8). Nesse sentido, além da formação de professores, necessidade premente devido à ampliação e à qualificação das escolas em Terras Indígenas, anseiam por formações na área da saúde, direito, gestão ambiental e do território.

OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA INSTITUIÇÃO

Desde os primeiros anos da política foi estabelecida uma série de ações diferenciadas, visando promover a permanência dos estudantes indígenas na UFRGS, atrelada a necessidade de democratização dessa presença na universidade, como aponta o Relatório CAPEIn (2012, p.21):

Torna-se importante registrar que a política de assistência aos estudantes indígenas, mesmo disponibilizando os mesmos benefícios fornecidos a todos os estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, apresenta algumas especificidades de natureza compensatória, de modo a garantir condições de igualdade para uma adequada integração institucional, desenvolvimento acadêmico e perspectivas objetivas de conclusão dos cursos. [...] A partir da compreensão de que os estudantes indígenas possuem especificidades e vulnerabilidades mais acentuadas para sua integração na Universidade, a UFRGS estabeleceu algumas ações de apoio à permanência do estudante indígena de caráter compensatório, cujos resultados alcançados do ponto de vista da permanência estão justificando a adoção desse modelo.

Mostramos, no quadro abaixo, as ações que resumem a política de permanência elaborada pela universidade para o apoio aos estudantes indígenas.

Quadro 3: Assistência oferecida aos estudantes a partir do início da política na UFRGS10

Até 2012	Atual
Professor orientador; monitor; bolsa mensal sem contrapartida de R\$ 530,00; Restaurante Universitário (refeições por R\$ 0,50); moradia na Casa do Estudante Universitário; auxílio creche para os filhos até seis anos incompletos no valor de R\$ 90,00; auxílio transporte; auxílio Material de Ensino; monitoria de informática; curso de Inglês específico para estudantes indígenas; acesso aos programas de reforço em disciplinas como Português, Cálculo, Física, Química e Matemática; Auxílio semestral para visita de familiares residentes em regiões distantes de Porto Alegre.	Professor orientador; monitor; Bolsa Permanência de R\$ 900,00 financiada pelo MEC, por força da portaria 389 de 9 de maio de 2013; isenção no Restaurante Universitário (RU); moradia na Casa do Estudante Universitário ¹¹ ; auxílio creche para os filhos até seis anos incompletos no valor de R\$ 250,00; auxílio transporte; auxílio Material de Ensino; monitoria de informática; acesso aos programas de reforço em disciplinas como Português, Cálculo, Física, Química e Matemática; participação em Programas de Educação Tutorial (grupos de estudantes com projetos de ensino, pesquisa e extensão sob orientação de um professor) com direito à bolsa; Acesso a monitorias específicas; Auxílio para participação e organização de eventos.

Fonte: Brito (2016).

Como é possível observar no quadro, há uma considerável preocupação em ações que visam a garantia do aporte material no apoio à permanência dos estudantes indígenas nos últimos anos, com destaque ao Programa de Bolsas Permanência concedido pelo Ministério de Educação, decorrente da aprovação da Lei de Cotas, como subsídio fundamental na garantia do sustento desses estudantes longe de suas famílias e no ambiente urbano. Contudo, ainda podemos avançar nas ações que considere as especificidades, principalmente no que tange à convivência das mães universitárias oriundas de territórios indígenas distantes de Porto Alegre e seus filhos. Ainda assim, tal política de permanência é reconhecida como importante por nossos estudantes. Nesse sentido, refletimos que, se o aporte financeiro subsidiado pela universidade pode ser considerado relevante à sua continuidade na universidade, há outros aspectos, de ordem pedagógica e política, que contribuem para a não permanência dos estudantes nos cursos.

A seguir, evidenciamos dados da situação acadêmica atual dos indígenas que ingressaram na UFRGS desde o início da política de ações afirmativas.

No período de nove anos em que vigora o Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, já houve seis diplomações: nos cursos de Enfermagem em 2012; Direito em 2013; Pedagogia em 2014 e em 2015; Medicina em 2015; Serviço Social em 2016.

¹⁰ Alguns destes benefícios são dispensados também aos demais estudantes que são o público da Política da Assistência Estudantil. Contudo, os benefícios pecuniários dispensados a estudantes indígenas são isentos de comprovação socioeconômica, diferente do que ocorre com os demais estudantes.

¹¹ Todo estudante indígena que ingressa na UFRGS tem garantida a moradia estudantil na Casa do Estudante Universitário. Porém, esse benefício não contempla a presença de crianças, o que principalmente para as mulheres indígenas se torna um grande desafio, devido a sua cultura da maternidade e a importância que este fenômeno tem em suas realidades.

Quadro 2: Situação acadêmica dos estudantes indígenas aprovados no processo seletivo específico entre 2008 e 2016.

Ingressantes	Diplomados	Matriculados	Transferência	Não matriculados/ trancamentos	Abandonos/ desistências	Desligamento/ afastamento
85	06	46	01	08	22	02

Fonte: Brito (2016).

Analisando os dados de evasão (abandono, desistência) expressos no quadro, pensamos ser necessária uma reflexão sobre a corresponsabilidade da universidade, conquanto não consegue estabelecer um diálogo mais consistente com estes povos. Ou ainda, refletir sobre um possível processo de “fabricação das desistências”, se formos considerar os mecanismos de exclusão produzidos no interior da instituição por meio da rigidez dos processos educacionais, da pouca ou nenhuma abertura para outras formas de produzir e expressar conhecimento, da não escuta. Em muitos casos, abandonar o curso universitário, mesmo que temporariamente, é uma sabedoria dos estudantes indígenas, que regressam para seus territórios, buscando em suas comunidades o fortalecimento necessário na vivência comunitária, no contato com a língua materna, no convívio com a família extensa, na vivência da espiritualidade, aspectos tão afastados da academia em detrimento ao predomínio de uma lógica racional.

Contudo, reconhecemos que a crescente presença de estudantes indígenas no ensino superior brasileiro resulta da luta destes povos que reivindicam, além da ampliação do acesso, o aprimoramento das condições de permanência por meio do respeito a suas formas de organização social e cosmologias.

Tal reivindicação foi explicitada pelos acadêmicos indígenas de universidades do Rio Grande do Sul na etapa local da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada em junho de 2015 na Terra Indígena Kaingang *Fág Nhin*, localizada na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre/RS. Parte significativa da discussão, trazida pelos estudantes da UFRGS e referendada pelas lideranças locais, foi dedicada à reflexão sobre os direitos dos universitários, principalmente às condições necessárias de moradia estudantil. Acreditamos que este aspecto da permanência deva ser tratado com muita dedicação pelas representações institucionais, com plena participação das representações indígenas, a fim de que a permanência na universidade seja colaboradora da afirmação identitária, o que significa compreender sua necessária ligação familiar e comunitária como aspecto intrínseco à sua própria identidade.

Ressaltamos que na UFRGS as questões pedagógicas, mesmo com a criação de ações que causaram uma reorganização da universidade para o acolhimento e acompanhamento dos estudantes, ainda representam o maior desafio, uma vez que põe em discussão a própria cultura universitária, com seus saberes consolidados a partir de uma lógica e um modelo nem sempre compatíveis aos anseios e necessidades dos estudantes indígenas. A presença de pessoas de origem popular nas salas de aula da academia, aqui incluindo também as pessoas indígenas, impõe um movimento de repensar as práticas pedagógicas, as metodologias e, inclusive, propõe repensar o próprio conceito de ensino-aprendizagem, de educação, de conhecimento. Contudo, esse movimento é lento e pouco perceptível. Em alguns cursos notamos que, em parte por atuações localizadas em pessoas sensíveis ao tema, ocorrem ações mais significativas, como, por exemplo, formações acerca da história e cultura indígena dirigida aos professores, técnicos e demais alunos do curso, visitas aos territórios de origem dos estudantes e convites para que os próprios falem em eventos sobre seus modos de vida.

Visando fornecer um suporte pedagógico palpável para o acompanhamento ao estudante indígena, foi criada a monitoria indígena, implicando também um professor orientador. Em cada curso em que há ingresso de estudante indígena, a respectiva coordenação providencia a escolha ou a indicação de um aluno já iniciado nesta graduação para acompanhar o estudante indígena em seus estudos e também nas possíveis dificuldades de adaptação no espaço urbano e na universidade. Essa atividade é supervisionada por um professor orientador, que também se constitui em uma referência docente para o estudante indígena na universidade.

A concepção que orientou a elaboração do acompanhamento por meio da monitoria de um estudante mais antigo no curso foi inspirada em estudos sobre a educação indígena própria: uma nova atividade, uma nova aprendizagem, precisa ter uma experiência concreta para ser observada e, em geral as pessoas maiores cumprem um papel importante nessas aprendizagens. Estudar junto, principalmente realizando leituras de textos indicados pelos professores, localizar estes textos e outros materiais solicitados, iniciar o estudante indígena no uso das bibliotecas acadêmicas e laboratórios e, até mesmo, acompanhá-lo no restaurante universitário, são exemplos das atribuições da monitoria. Algumas experiências foram bem-sucedidas; outras, por sua vez, não vingaram, merecendo um olhar mais específico que busque compreender como se estabelece uma relação de parceria e coleguismo entre estudantes indígenas e não indígenas.

Conquanto essa iniciativa de constituir um monitor e um professor orientador resulte positiva para a permanência qualificada de grande parte dos estudantes indígenas, em sua forma geral como política da universidade apresenta inúmeros problemas: a demora em indicar o professor orientador e o monitor; o tempo e a compreensão necessários para estabelecer uma relação efetiva e afetiva entre orientadores, monitores e estudantes indígenas; incompreensões na forma de escolha do aluno e do professor, nem sempre envolvendo a empatia e sim aspectos práticos e racionais. Porém, há os reverses, que mostram as relações funcionando e contribuindo para uma permanência mais eficaz, como indicam algumas declarações:

Minha monitoria foi muito boa, ajudou bastante quando eu senti umas dificuldades. Quando eu precisei minha monitora estava ali presente. Foi muito bom pra mim, para apresentar a universidade, a biblioteca, tudo isso foi muito importante. Por isso é importante ter monitor, porque seria muito diferente se não tivesse monitor, porque tem coisas que a gente não conhece (fala de um estudante indígena do curso de Pedagogia)

Este registro, representativo de tantos outros que realizamos no decorrer da pesquisa, faz pensar que a efetividade da permanência dos estudantes indígenas vai se estabelecendo na medida em que se constituam relações de afetividade nesse processo de inserção no mundo acadêmico.

O formato organizativo da universidade, com seus tempos rígidos e compartimentados, exigindo pontualidade, assiduidade, previsibilidade

a todos os estudantes, coloca um paradoxo aos indígenas: submeter-se ao modelo temporal da universidade e afastar-se do modo como vivenciam o tempo em sua cultura originária ou negar o tempo acadêmico e não conseguir êxito no acompanhamento do curso. Outro desafio diz respeito à linguagem acadêmica, às técnicas de escrita, de leitura, de estudo e tudo que está envolvido nos aprendizados de um estudante universitário: “Estou vindo desse mundo que não é da leitura, desse mundo que não é da escrita” (fala de um estudante). “É difícil se adaptar, é outra cultura. Quando cheguei na UFRGS, foi um baque. Não entendia muita coisa que os professores falavam. Alguns termos eu anotava na aula e, depois, pesquisava em casa”, comenta outro estudante.

Do mesmo modo, os estranhamentos advindos dessa relação intercultural, conforme o registro da fala de dois estudantes Kaingang: “essa questão de você entrar num grupo, num mundo diferente, as pessoas te estranharem, você não entende as expressões de professores, dos colegas e esse medo de escrever”; “a linguagem acadêmica é complicada. Muitas vezes não conseguia entender o que o professor falava exatamente, porque é tão distante. Eu vim de uma realidade e de repente entrar noutra e tentar entender as duas coisas era muito complicado”. Esses, junto a outros relatos, mostram situações que levam alguns estudantes a reprovarem ou até mesmo abandonarem o curso por se sentirem deslocados desse lugar, predominantemente regulador e homogeneizador, que é a academia.

Por vezes percebe-se que o esforço maior para concretizar a presença de estudantes pertencentes aos povos originários recai sobre os mesmos e, talvez por isso, Daniel Capixi reconhece a necessidade de domesticar essa fera, nesse caso a universidade, que insiste em permanecer incólume apesar da demanda veemente para que se abra, para que acolha a diferença, como possibilidade de se fazer mais plural, mais forte e, principalmente mais justa. Em nossa convivência com os estudantes e nos registros das pesquisas, são recorrentes falas que evidenciam essa relação assimétrica, em que cabe apenas aos estudantes indígenas adaptar-se à instituição: não ouvem sua língua e tampouco as demais pessoas a compreendem, portanto, não a podem pronunciá-la na academia; não veem seus conhecimentos representados e expressos e, portanto, enfrentam dificuldades para reconhecê-los, afirmá-los e continuar a construí-los como um conhecimento importante para a humanidade. Porém, há tensionamentos, há uma permanente conflitualidade que, nas dobras, produz pequenos espaços possíveis para o início de uma relação intercultural.

Ainda que a UFRGS seja reconhecida como boa referência na política de permanência para estudantes indígenas no âmbito do ensino superior do país, como temos escutado em eventos que reúnem outras instituições e lideranças indígenas, ainda há muito que refletir e avançar neste aspecto. O sucesso institucional acerca da política de ações afirmativas para ingresso indígena perpassa por compreender e escutar o que dizem estes povos sobre suas formas de estar no mundo, suas cosmologias, sua educação própria, seus conhecimentos, suas metodologias e as suas reais necessidades.

Neste sentido, já se pode escutar, a partir da convivência com estes estudantes, bem como em outros espaços em que indígenas discu-

tem a relação com o ensino superior, o quão importante é o diálogo no sentido de aprimorar o benefício da moradia estudantil, por exemplo. Atualmente, a UFRGS disponibiliza vagas para todos os estudantes indígenas na Casa do Estudante Universitário – CEU¹². Esta tem sido uma ação fundamental para garantir-lhes a segurança de, ao chegar a Porto Alegre, encontrar acolhimento e um espaço onde possam permanecer ao longo do curso. Contudo, é importante considerar alguns aspectos determinantes no modo de vida destes povos: a centralidade do convívio em comunidade e proximidade com a terra e a natureza onde possam realizar seus rituais, fazer seu fogo de chão e ser protagonistas na criação de seus filhos.

Esta questão da moradia tem sido uma realidade nos desafios da assistência estudantil, visto que o fenômeno da maternidade, diferentemente da maioria das estudantes desta instituição, se faz uma constante entre as indígenas que estão matriculadas na UFRGS. Das 45 mulheres aprovadas no processo seletivo específico indígena da UFRGS, pelo menos 26 guardam relação com a maternidade durante a graduação, representando aproximadamente 53% do total de ingressantes. Destas, mais de 50% é oriunda de regiões distantes de Porto Alegre, que em alguns casos ficam entre seis e nove horas de viagem de ônibus da capital, dado que revela uma novidade no universo estudantil da UFRGS. A instituição do Programa de Ações Afirmativas para indígenas na universidade desvenda um novo perfil de aluno, que não necessariamente separa a condição de estudantes da condição de mãe ou pai. Assim, os desafios são apresentados, propondo novas maneiras de enfrentá-los. A casa do Estudante da UFRGS ainda não tem estrutura para abrigar crianças e as alternativas praticadas ainda carecem de aprimoramentos. Desta forma, o acolhimento às mulheres-mães fica limitado, sendo este um dos principais motivos expressos pelas estudantes que abandonaram seus cursos.

Compreendemos que a permanência do estudante indígena na Universidade traz em seu bojo um caráter complexo que precisa ser compreendido por meio de algumas variáveis que são inseparáveis. A garantia material, a flexibilidade pedagógica, a abertura para compartilhamento de espaços políticos e culturais, o reconhecimento às epistemologias ameríndias e suas metodologias próprias, entre outros aspectos, são elementos que se afinam à prosperidade da presença indígena no ensino superior.

Esta preocupação já vem sendo apontada em trabalhos de pesquisa realizados em nível de mestrado e doutorado que tratam de experiências das ações afirmativas para indígenas em Universidades públicas brasileiras, entre os anos de 2001 a 2012, como verificamos em levantamento feito em bases de dados do país (Doebber; Brito, 2014).

Percebendo um descompasso entre o interesse dos povos indígenas e a lógica acadêmica, muitos desses pesquisadores também apontam como desafio a necessidade de mudança na dimensão pedagógica das instituições, através da “capacitação específica de professores e dirigentes universitários para o trabalho com indígenas” (Paulino, 2010, p.149); da “revisão de conteúdos, métodos e modelos educacionais na universidade, no sentido da escola indígena diferenciada” e a “formação dos professores para maior conhecimento sobre questões

¹² Trata-se de um prédio de nove andares, distribuídos em mais de 200 quartos que na sua maioria acolhe dois estudantes.

da história e cultura indígena, em relações étnico-raciais” (Jodas, 2012, p. 126); da implementação de “medidas de avaliação direcionadas ao acompanhamento pedagógico desse aluno, incentivando a pesquisa e à participação em eventos que contribua com a sua formação” (Pereira, 2011, p. 151).

É importante ressaltar ainda que, além da procura pelos cursos de graduação, pessoas que são referência no movimento indígena também têm buscado na UFRGS formação em nível de pós-graduação. Atualmente há três mestres, intelectuais indígenas, que concluíram seu curso na instituição: dois no Programa de Pós-Graduação em Educação e um no Programa de Pós-Graduação em História¹³. Além dos trabalhos já concluídos, há mais duas dissertações sendo desenvolvidas por indígenas no programa de pós-graduação em educação, bem como um doutorado em andamento. Todos os trabalhos, realizados por intelectuais Kaingang do Rio Grande do Sul, versam sobre temas pertinentes ao seu povo. Vemos então emergir no atual contexto uma nova demanda: políticas específicas para ingresso e permanência de indígenas em cursos de pós-graduação. É neste nível de ensino que se efetua a pesquisa, de forma mais efetiva. É, portanto, nesse processo de formar mestres e doutores, que se abre um caminho mais forte para a produção de conhecimentos outros na universidade, visto que a maior parte dos trabalhos efetuados por estes pesquisadores envolve processos próprios de educação, de saúde, dos modos próprios de viver.

PALAVRAS PARA CONCLUIR

A recente presença na universidade de estudantes advindos de coletivos até então alijados do meio acadêmico, como indígenas, afro-brasileiros e de origem popular, fez com que diversos setores da Universidade fossem sensibilizados, porém outros apenas compelidos a introduzir em suas discussões e afazeres cotidianos procedimentos que contemplassem estes povos, seja no acompanhamento acadêmico, no acolhimento, ou nas ações de visibilidade e afirmação. Contudo, aos poucos se verifica a existência de projetos de extensão, projetos de ensino, eventos, bem como o aumento de pesquisas na graduação e pós-graduação contemplando povos indígenas e seus estudantes, o que revela que esta é uma política que tem o potencial de transformação da universidade, mesmo em tempos de uma educação que tem cedido a ditames neoliberais e às regras de mercado.

Nesse contexto complexo do Estado brasileiro, que atinge diretamente a dinâmica das universidades públicas, entendemos que a política de cotas na UFRGS, bem como nas demais universidades brasileiras, não pode retroceder. Ao contrário, precisa ser continuamente afirmada e qualificada, atendendo a vontade política destes povos que querem a universidade para se diplomar, e, sobretudo, para se fortalecer e mostrar, uma vez que ainda verifica-se a falta de conhecimento acerca da existência de indígenas na graduação e pós-graduação dos diversos cursos oferecidos e, principalmente na sociedade do sul do Brasil. Em muitos casos, quando há conhecimento da presença desses estudantes e desses povos, permanece uma série de incompreensões

¹³ Segue a relação dos três mestres Kaingang diplomados pela UFRGS e suas respectivas dissertações: Zaqueu Key Claudino (2013). A formação da pessoa nos pressupostos da tradição: educação indígena kaingang. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/87992>; Bruno Ferreira (2014). Educação Kaingang: processos próprios de aprendizagem e educação escolar. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/107990>; Danilo Braga (2015). A história dos Kaingang na luta pela Terra no Rio Grande do Sul: do silêncio, à reação, à reconquista e a volta para casa (1940-2002).

quanto às suas especificidades: às dinâmicas próprias de aprendizagem, ao reconhecimento dos saberes e os diferentes modos de ser e estar.

A presença de estudantes indígenas na universidade já produz efeitos de visibilidade, de valorização, de aprendizagens interculturais. Porém, se considerarmos que interculturalidade se faz a partir de relações simétricas, percebemos que é uma situação ainda distante da academia e da sociedade como um todo. Na UFRGS, como na maioria das universidades brasileiras, predomina relações perpassadas por hierarquias verticais muito bem definidas, principalmente quando o assunto é o conhecimento. A universidade se desenha ainda monocromática, fundamentada por uma ciência única, ocupada com a construção de conhecimentos que pouco considera os povos originários e os setores populares, suas epistemes, suas metodologias. É uma instituição que guarda ainda hoje o predomínio de características que historicamente foram lhe configurando, como um lugar para poucos, com cor e classe quase uniformes e que tem nas epistemologias do norte a forma pretensamente superior de pensamento e de se fazer conhecimento. Tais características refletem o modelo da sociedade brasileira que se consolidou no século XX, que se orgulhava e se esforçava para ser branca, que, no projeto de construção nacional, excluía a plena participação de grupos nativos e outros grupos étnicos, reduzindo-os à condição de trabalhadores braçais (Catafesto de Souza, 2013).

Contudo, a partir de um olhar generoso, que considera os movimentos germinais produzidos na universidade nesses últimos anos, em que há a presença de outros grupos sociais, já se percebe uma mudança na paisagem e pequenos acontecimentos sendo festejados como conquistas institucionais. É esse movimento vivido a cada dia, em que números, cores, ações, emoções mostram essa presença efetiva e afetivamente alterando relações, que aqui relatamos, com o intuito de potencializar o programa de ações afirmativas implementado pela UFRGS ao se somar com outras instituições de ensino superior.

Quando aprovada a política institucional, no ano de 2007, haviam vozes que diziam que a universidade não estava preparada para receber estudantes indígenas (muitos diziam isso, manifestando-se contrários a este ingresso). Concordamos com o despreparo institucional, que aparece na complicada rede administrativa, na invisibilidade para as diferenças praticada por muitos docentes, discentes e técnicos da universidade. Porém, há outros grupos, também de docentes, discentes e técnicos que vibram, que participam de ações formativas, que talvez não acertam em todas as suas atitudes, mas que mostram uma disposição para o acolhimento e para a alteridade.

REFERÊNCIAS

- Amaral, W. R. (2010). *As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos*. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR.
- Baniwa, G. S. L. (2012). *O índio brasileiro: o que você precisa saber so-*

- bre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>. Acesso em: 1 mar.
- Bonin, I. T. (2008). Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor. In: Bergamaschi, M. A. (Org.). *Povos indígenas & educação*. Porto Alegre: Mediação. p. 95-104.
- Brito, P. O. (2016). *Indígena-Mulher-Mãe-Universitária - o estar-sendo estudante na UFRGS*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Catafesto de Souza, J. O. (2013). Perspectivas Ameríndias Integradas ao Universal Acadêmico: O lugar dos indígenas na Transformação Polifônica da Estrutura de Ensino Superior no Brasil. In: Bergamaschi, M. A.; Nabarro, E.; Benites, A. (Orgs.). *Estudantes Indígenas no Ensino Superior - uma abordagem a partir da experiência na UFRGS*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Doebber; M. B.; Brito, P. O. (2014). *Estudantes indígenas nas universidades públicas brasileiras: análise a partir das produções de dissertações e teses*. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - IX ANPED SUL, Florianópolis. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1202-O.pdf. Acesso em: Jun. 2015.
- Freitas, A. E. C.; Rosa, R. R. G. (2003). *Diagnóstico do programa de bolsas de manutenção da DiakonischesWerk para estudantes indígenas na UNIJUÍ*. Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais - NIT/PPGAS/UFRGS.
- Instituto Sócio-Ambiental (ISA). *Povos indígenas no Brasil*. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt>. Acesso em: Ago. 2016
- Jodas, J. (2012). *Entre diversidade e diferença: o Programa de Ações Afirmativas da UFSCar e as vivências dos estudantes indígenas*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP.
- Lima, A. C. S. (2012). Povos indígenas e ações afirmativas: as cotas bastam? *Opinião N5*, Rio de Janeiro.
- López, L. C. (2009). *“Que América Latina se sincere”*: Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS.
- Luciano, G. S.; Hoffmann, M. B.; (2010). *Olhares indígenas contemporâneos*. Brasília, DF: Centro Indígena de Pesquisas.
- Paladino, M. (2015). *“Cuandolos antropólogos son indígenas”*. *Uma discusión sobre laproducción académica de autoría indígena en Brasil*. Novaro, G.; Padawer, A.; Hecht, A.C. (coord.). Educación, pueblos indígenas y migrantes: Reflexiones desde México, Brasil, Bolivia, Argentina y España. Buenos Aires: Biblos.
- Paladino, M. (2013). Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior. In: Bergamaschi, M. A.; Nabarro, E.; Benites, A. (Orgs.). *Estudantes Indígenas no Ensino Superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

- Paulino, M. M. (2008). *Povos Indígenas e Ações Afirmativas: O caso do Paraná*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação/RJ.
- Pereira, C. V. (2011). *Política de acesso e permanência para estudantes indígenas na universidade: avaliação da política de cotas da Universidade Federal do Tocantins (UFT)*. (Dissertação) Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE.
- Souza, H. C.; Stieler, M. C.; Alves, L. F. (2007). La enseñanza superior para indígenas en Mato Grosso. In. García, S. M.; Paladino, M. (compiladoras) *Educación escolar indígena: investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia: 2007, pp. 279-295.

Legislação

- BRASIL. (1988). *Constituição Federal*. Brasília, DF.
- MEC – Ministério da Educação. (2013). *Portaria N° 389*. Brasília, DF.
- UFRGS (2007). *Decisão N° 134/2007 do Conselho Universitário – CONSUN*, Porto Alegre.